

A Guerra Contra o Terrorismo Fundamentalista e a Crise dos Direitos Civis: Outra Perspectiva do Conflito

Dr. José Gabriel Paz

Em tempos de crise nacional, é especialmente evidente que devemos incentivar nossos filhos e netos a estudar a história. Na realidade, todos nós devemos conhecer os ideais que construíram este país e estar conscientes do nosso grande privilégio em desfrutar da liberdade.

De fato, gerações de homens e mulheres estiveram dispostos a sacrificar tudo pela liberdade que tanto amamos. Em tempos de guerra devemos ter pleno conhecimento do que está em jogo.

Lynne Cheney, outubro de 2001.

O SISTEMA de vida ocidental em que vivemos não é perfeito, mas se pode dizer que é o melhor que conseguimos ter, uma vez que proporciona uma razoável proteção ao cidadão e à sociedade em seu conjunto, garantindo razoavelmente seus direitos civis.

A Guerra Contra o Fundamentalismo

No entanto, diante da ação terrorista, o nosso modo de vida parece extremamente frágil, pois o terrorismo facilmente se aproveita dele para levar adiante suas ações e a resposta do Estado diante da ação criminosa fica entorpecida pelo próprio sistema.

Enfrentar o terrorismo fundamentalista islâmico coloca os países diante de uma crise maior do que a conhecida luta clássica contra o terrorismo insurgente ou revolucionário, característico da Guerra Fria.

Esta forma de fanatismo místico tem lugar entre os que acreditam que o Islã não é somente uma religião, mas também o apoio ideológico de ordem social e de um sistema político. É uma concepção profundamente radical da religião, na qual o terrorismo é um dos meios mais usuais para alcançar seus objetivos.¹

O integralismo muçulmano tem uma mensagem clara: O Ocidente é o inimigo do Islã e, portanto, todo o bom muçulmano deve lutar contra ele. Isso é o que gera um ódio visceral e um profundo desprezo ao Ocidente e seus costumes sócio-culturais e ali se encontra a razão da grande quantidade de atentados a sangue-frio e covardes assassinatos que procuram destruir o sistema de vida ocidental, nossa cultura e estilo de vida.

O terrorismo religioso de raiz islâmica nos mostra que nos encontramos diante de um inimigo culturalmente diferente, com outra valorização de tempo e espaço, o que torna extremamente complexo entendê-lo em toda a sua dimensão. A distinta percepção que estabelece as variáveis de tempo/espaço é completamente diferente às determinadas pela nossa cultura. Isto se reflete no fato de que o espaço do fundamentalismo não tem limites e que sua ação se desenrola em todo o âmbito do globo terrestre. Além disso, o fundamentalista islâmico não confere o mesmo valor ao tempo que os ocidentais.

O conflito cultural subjacente nesta guerra é um problema filosófico que o Ocidente ainda não percebeu na sua essência. Portanto, combater uma guerra desnaturalizada com um sistema estratégico não adequado às circunstâncias reais pode ser extremamente perigoso, à medida que não se consegue enfrentar, com os sistemas clássicos e convencionais, um inimigo com parâmetros culturais tão diferentes ao que é comum na sociedade internacional.

Não é aconselhável aplicar cegamente conceitos dogmáticos e racionais da nossa cultura para enfrentar aquilo que nos é culturalmente arbitrário e irracional. Isto, traduzido para o campo operacional, significa que não é possível levar para o combate homens com uma instrução e educação própria do sistema de guerra convencional,

quando o adversário, na sua atividade, não usa uniforme, assassina e procura confundir-se com a população.

Enquanto os Estados devem adaptar-se às Leis da Guerra e os soldados respeitarem a ética militar, o adversário tem como norma a violação do sistema legal e executa suas ações sob o princípio da criminalidade. É por isso que certamente serão necessários novos conceitos jurídicos, militares e educacionais, que internacionalmente consagrados, poderão ser mais apropriados para aplicar a este tipo de guerra.

Terrorismo e Sociedade

O terrorismo sempre terá desculpas que justifiquem o emprego da violência, da destruição, das mutilações, sob o pretexto da absoluta justiça de sua causa, apesar de que na maioria das vezes, o alvo principal da violência serão os civis — ao contrário da guerra convencional, onde os alvos são os objetivos militares — e as baixas civis são o preço inevitável do enfrentamento militar. Isto é assim porque a estratégia terrorista procura encobrir a diferença entre combatentes e civis.

Com mais intensidade que qualquer outra organização terrorista, os fundamentalistas pretendem causar a devastação do nosso sistema de vida, disseminando o terror, matando arbitrariamente sem distinguir alvos militares de simples cidadãos civis, dirigindo suas ações para causar o maior dano possível à estrutura política, social, econômica e militar do país agredido.

Esta forma de terrorismo é uma prática radical absolutamente distanciada do respeito aos mais elementares direitos do homem e do sistema democrático, e reitero que, por este motivo, é um inimigo muito sério do nosso sistema de vida ocidental.

Com suas ações terroristas pretendem criar uma crise total no Estado, afetando a credibilidade na segurança devida aos cidadãos, deixando a sensação que não há lugar na terra que seja invulnerável à sua ação. Indubitavelmente, o terrorismo é um dos mais diretos inimigos da liberdade, da vida e da paz social.

A população, em seu conjunto, desempenha um papel duplo na contenda, visto que além de ser normalmente a receptora direta da violência terrorista é, por sua vez, quem deve receber a maior proteção diante da possível agressão.

A sociedade civil deve ter uma ampla participação na questão e não deve perder de vista que o papel duplo supramencionado lhe outorga uma tarefa política de grande importância para a fase operacional. Por isso, à medida que a população assume seu papel na luta, garantirá a colaboração para impelir leis e medidas governamentais necessárias, assim como proverá um apoio prolongado ao esforço da guerra.

Essa identificação com a luta contra o terrorismo será ainda refletida no necessário apoio à individualização e

ao isolamento dos elementos terroristas.

A violência terrorista causa danos e destrói qualquer sociedade. Seus efeitos se estendem além dos danos visíveis como as mortes, os feridos, ou a destruição material. Isto fica evidente naquelas conseqüências que são invisíveis ao olho humano, como o ódio e o desejo de vingança, que podem ser, a longo prazo, mais importantes que os primeiros.

Essa profunda perturbação no sistema de vida, nos valores e nos conceitos de justiça e de segurança da sociedade afetada se vê refletida em numerosos aspectos da vida dos indivíduos que a compõem.

A sociedade para existir precisa acreditar no Estado e no seu sistema jurídico. Precisa ter confiança na garantia de segurança que o Estado oferece e também assegurar-

O integralismo muçulmano tem uma mensagem clara: O Ocidente é o inimigo do Islã e, portanto, todo o bom muçulmano deve lutar contra ele. Isso é o que gera um ódio visceral e um profundo desprezo ao Ocidente e seus costumes sócio-culturais e ali se encontra a razão da grande quantidade de atentados a sangue-frio e covardes assassinatos que procuram destruir o sistema de vida ocidental, nossa cultura e estilo de vida.

se de uma implacável perseguição àqueles que geram destruição e crime. Mas é possível aceitar que isso seja alcançado mesmo com restrição de seus direitos civis?

Sem dúvida o que foi exposto é um dos maiores problemas que se suscita diante da presença do terrorismo: a ambivalência do protesto social ao Estado.

Por um lado, a sociedade exige que se persiga e se imponha o maior castigo aos autores de feitos terroristas. Esses atos produzem tanto rancor que muitas vezes o protesto se torna quase irracional e ilimitado, o que acontece quando a sociedade pede a condenação do terrorista que provavelmente fuja à pena máxima estabelecida pelo sistema jurídico vigente.

Por outro lado, o Estado para cumprir com seu dever — e satisfazer os anseios da sociedade, recompondo a segurança e as leis violentadas, deve enfrentar o terrorismo por meio do sistema existente. Se as ferramentas proporcionadas pela lei são muito lentas e ineficazes para enfrentar a ameaça terrorista, deverá ser criado — através do processo legislativo estabelecido — um novo sistema legal que garanta o cumprimento do dever, criando um grupo de leis necessárias para capturar e punir os autores e idealizadores dos atos terroristas, bem como também prevenir a realização de novos atentados.

Os Direitos Civis e a Ação do Estado

Um princípio geral que rege nossa forma de vida política e social ocidental é que nenhuma autoridade executiva, nenhum déspota e nenhum rei estão acima da lei. Esse fato deve ser levado em consideração caso as autoridades do Estado queiram justificar o afastamento da lei, baseado na absoluta necessidade de vencer a guerra, correndo o risco de se assemelharem ao inimigo. Entretanto, parece que existe uma crise legal permanente, um verdadeiro dilema, quando em determinados momentos, as limitações do próprio sistema, fazem com que o Estado não cumpra, com eficiência, sua missão de capturar os terroristas nem responder à reclamação de punição da sociedade, caso consiga capturá-los.

Enquanto isso, em outras ocasiões, para cumprir sua tarefa, o Estado chegará ao limite dos direitos civis dos indivíduos. Sem dúvida alguma, em todos os casos, a lei será o limite para a ação do Estado.

Convém recordar que o Estado, como estrutura político-judicial criada pelo homem, tem em suas mãos a responsabilidade do emprego da força para ser desencadeada contra aqueles que transgridem as leis estabelecidas pelo poder soberano. Nele, a paz não é sempre o bem supremo, mas sim um bem entre outros tais como a liberdade, a honra da nação, o bem-estar geral, etc. Entre os sistemas éticos do pensamento moderno, somente o sistema de Hobbes tem como base a primazia do valor da paz sobre os valores restantes e, por isso, a guerra é considerada um mal absoluto.

Embora a história humana tenha preferência por três fins: a liberdade, a igualdade e a paz, também nos demonstram que quando a paz for alterada em momentos de grave crise nacional — e, em particular diante da guerra — a liberdade e a igualdade poderão ser limitadas, em maior ou menor escala, pelo Estado, que diante de uma situação de perigo, procura aumentar suas próprias atribuições.

É aqui onde se apresentam os problemas legais e morais — próprios das situações limites — onde as liberdades civis podem ser limitadas.

Em alguns casos podem ocorrer detenções sem o devido cumprimento das garantias legais, baseadas no objetivo principal do Estado de tirar de circulação, o mais rapidamente possível, elementos que possam ser perigosos. Entretanto, deve-se levar em conta que as detenções devem ser realizadas cumprindo fielmente as leis constitucionais de cada país e os presos devem ser colocados diante de um juiz competente, garantindo-lhes a defesa e o devido processo na justiça.

Os prisioneiros deverão ser submetidos a um julgamento rápido, sob o risco de outorgar vantagens

estratégicas aos terroristas no âmbito jurídico e no campo psicossocial.

Outra questão crucial é o tratamento dos prisioneiros, assim como os métodos e técnicas de interrogação, os quais, sendo de importância fundamental para qualquer atividade de inteligência, também exigem um tratamento de acordo com a lei.

A liberdade de expressão, que faz parte do núcleo de toda uma série de liberdades e direitos, às vezes é afetada diante do conflito. Atualmente é fundamental estabelecer quando o Estado pode proibir o conteúdo das comunicações, se é que pode fazê-lo.

Podem também ocorrer ações que, executadas sem as formalidades legais, tornam-se arbitrárias e afetam, de uma forma ou de outra, os direitos civis — tais como as restrições às migrações, as limitações ao ingresso ou saída de pessoas de um país para outro, os deslocamentos compulsórios, as deportações ou os registros de residência. Juridicamente essas situações podem anular as provas obtidas ilegalmente pela desapropriação de elementos, pela interceptação de comunicações telefônicas e por uma longa lista de medidas que podem fazer com que a legalidade da guerra fique marcada pela ilegalidade dos meios empregados.

Os danos colaterais das ações legais — e principalmente das ilegais — realizados contra o terrorismo representam uma alteração sensível na forma de vida escolhida pela nossa sociedade, porque podem causar limitações concretas às liberdades individuais, à privacidade e, em geral, às garantias constitucionais que devem ser respeitadas e resguardadas pelo Estado.

Isto pode levar a uma crise entre a sociedade e o Estado, que definitivamente — não podemos esquecer — significa um êxito da ação terrorista.

Os Direitos Civis e sua Proteção Judicial na Guerra

Uma pergunta importante que deve ser respondida é o que acontece quando o Estado precisa aumentar suas atribuições para enfrentar um conflito, afetando os direitos civis dos cidadãos e, neste caso, como funciona a justiça diante dessa circunstância? Para responder essa pergunta, devemos rever a história da participação dos países nas diversas guerras, o que nos permitirá entender que existe, de alguma maneira, um indício que permite prever uma forma de comportamento.

Vale a pena rever os exemplos oferecidos pela história dos EUA, já que é um dos mais apropriados para compreender minha afirmação.

Em 1797, sob o governo de John Adams, houve uma guerra naval não declarada contra a França. Em 1798, numa atmosfera carregada de belicismo, o Congresso



Departamento de Defesa

Um integrante da Polícia Militar dos EUA prepara detentos para serem transferidos para as autoridades afegãs. Julho de 2003

aprovou em 1798 as “Leis sobre Atos de Sedição e de Potências Estrangeiras”.²

Estas medidas permitiram a deportação ou a prisão de estrangeiros “perigosos” e prescreveram multas ou prisão por publicar ataques “falsos, escandalosos e maliciosos” que tinham a suposta intenção de afetar o Governo dos EUA, o Congresso e o Presidente da República.³

Dez editores republicanos foram condenados de acordo com a Lei de Sedição severamente denunciada pelo principal autor da Declaração de Independência, Thomas Jefferson.

Contra as leis — e em particular contra seus abusos — houve manifestações dos estados de Kentucky⁴ e Virgínia.⁵ “...As Resoluções de Kentucky (redigidas por Jefferson) e as Resoluções de Virgínia (redigidas por Madison) afirmavam que as Leis sobre Estrangeiros e Sedição eram inconstitucionais e que o governo federal, ao colocá-las em prática, estava executando uma atividade ilegal.”⁶

Portanto, a legislatura de Kentucky declarou que: “...depois de uma cuidadosa análise, a comunidade do Estado declara que as leis antes mencionadas sobre atos de potências estrangeiras e de sedição constituem, em sua opinião, uma violação indiscutível da Constituição dos EUA...”

Em 1801, quando eleito Presidente, Thomas Jefferson

eliminou as Leis sobre Atos de Sedição e de Potências Estrangeiras.

Durante a Guerra Civil Americana, o presidente Lincoln resolveu restringir a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, afirmando que aqueles que fossem encontrados suspeitos de ter cometido delitos políticos poderiam ser julgados por tribunais militares.

Em 1861, Lincoln decidiu autorizar — sem a participação do Congresso — que o Comandante em Chefe do Exército suspendesse o *habeas corpus* em qualquer zona militar entre a Filadélfia e Washington.

Esta foi uma medida que concitou fortes críticas, já que o *habeas corpus* limita, de maneira eficaz, o poder do Estado, obrigando as autoridades a levarem os detidos diante de um juiz, que julgará se ele será posto em liberdade ou encarcerado. Esta norma originada no direito consuetudinário inglês e na Lei inglesa de *Habeas Corpus* de 1671, é expressamente protegida pela Constituição dos EUA⁷, a qual proíbe limitar esse direito.

A detenção do separatista John Merryman, preso pelo Exército no Forte McHenry, acusado de ter destruído pontes de estrada de ferro, produziu uma delicada situação entre o Exército e o Presidente do Tribunal Superior dos EUA. O defensor de Merryman entrou com uma ação de *habeas corpus*, conseguindo um parecer favorável por parte do então presidente do Tribunal Superior, Roger Taney.

O comandante militar, General George Cadwalader, ao invés de responder pessoalmente o pedido judicial e apresentar Merryman, enviou seu ajudante de campo para se encontrar com o juiz, a quem informou que o *habeas corpus* estava suspenso pelo Comandante Militar, de acordo com a disposição presidencial, solicitando que o caso ficasse posposto até que o Presidente fosse consultado.

O Juiz Taney não aceitou a resposta do militar e pediu que o detido fosse apresentado, fato que não aconteceu. Diante desta situação, o juiz declarou que os oficiais da justiça tinham autoridade para levar o Gen Cadwalader perante o Tribunal Superior por desacato.

Em 1942, depois do ataque a Pearl Harbor, o presidente Roosevelt ordenou, por meio do Decreto Nº 9066, que todas as pessoas de origem japonesa — incluindo nativos dos EUA e cidadãos naturalizados — fossem “excluídos” de certas áreas da Costa Oeste e confinados em “centros de relocação” enquanto durasse a guerra. Aproximadamente 120.000 pessoas foram atingidas por esse decreto. Nessas áreas havia muitas bases militares e fábricas, que supostamente seriam objetivos de possíveis ataques japoneses.

O Juiz manteve em sua sentença que não tinha nenhuma dúvida que somente o Congresso era competente para suspender o *habeas corpus*, dizendo: “...e se o alto poder sobre a liberdade deste cidadão tivesse sido outorgada (pela Constituição) ao Presidente, encontrasse-se, sem dúvida alguma, nas claras palavras deste artigo (Artigo 1, seção 9, Constituição dos EUA); mas não há ali nem uma só palavra que possa servir de base para justificar o exercício desse poder...”

A decisão do Juiz foi reconhecer que a medida tomada por Lincoln de suspender o *habeas corpus* era inconstitucional e, portanto, o *habeas corpus* permaneceu. Contudo, a resolução judicial não obteve os resultados desejados e o comandante do Forte McHenry não foi castigado pelo desacato ao Juiz.

Os problemas das detenções continuaram. O presidente Lincoln suspendeu o *habeas corpus* em todo o país para aqueles que fossem detidos por uma autoridade militar.

Em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, o Congresso dos EUA proibiu o uso do correio para enviar textos que interferissem nas forças militares do país ou que promovesse o êxito inimigo, incitando à “traição, a insurreição ou a resistência”. O Congresso estabeleceu rigorosas penas para aqueles que cometessem algum

dos delitos mencionados. Em casos mais graves, como a tentativa de obstruir o recrutamento por qualquer meio, o castigo ainda era mais severo.

Entretanto, o presidente Wilson tinha solicitado ao Congresso medidas mais severas, já que em seu projeto de Lei Federal de Espionagem, as penas para quem publicasse informação que pudesse ser considerada útil ao inimigo eram de 10 anos de prisão e multas de 10.000 dólares. A Câmara de Representantes recusou o projeto por 184 votos contra 144. A Lei de Espionagem deu lugar ao célebre julgamento *US v. Charles Schenck*⁸, onde foi decidido justificar a limitação às liberdades civis.

Quase imediatamente depois de baixada a Lei de Espionagem, o Secretário Geral do Partido Socialista Americano, Charles Schenck foi preso por violar esta lei. Seu delito consistiu em ter enviado pelo correio 15.000 notas para os jovens convocados para o serviço militar. Foi condenado porque as notas incitavam à resistência para a incorporação no Exército.

O Supremo Tribunal esclareceu a situação dizendo que: “...quando um país está em guerra, muitos argumentos, naturais em tempo de paz, representam um obstáculo tão grande para o esforço bélico que sua mera manifestação não deve ser tolerada enquanto houver homens lutando na frente e nenhum tribunal pode entender que esses atos não estão protegidos por um direito constitucional...”

Em 1942, depois do ataque a Pearl Harbor, o presidente Roosevelt ordenou, por meio do Decreto Nº 9066, que todas as pessoas de origem japonesa — incluindo nativos dos EUA e cidadãos naturalizados — fossem “excluídos” de certas áreas da Costa Oeste e confinados em “centros de relocação” enquanto durasse a guerra. Aproximadamente 120.000 pessoas foram atingidas por esse decreto. Nessas áreas havia muitas bases militares e fábricas, que supostamente seriam objetivos de possíveis ataques japoneses.

Mas, as reclamações judiciais feitas por algumas pessoas submetidas à relocação foram chegando até o Supremo Tribunal de Justiça. Num processo em que era necessário justificar o deslocamento, os Estados de Washington, Oregon e Califórnia informaram que submarinos japoneses haviam atacado as plataformas petrolíferas de Santa Bárbara (Califórnia), na cidade de Brookings (Oregon) e uma fábrica de canhões localizada em Astoria (Oregon). Em 7 de junho de 1942 — a informação era a mesma — os japoneses tinham invadido o território norte-americano ocupando as ilhas Aleutianas.

O Supremo Tribunal⁹, em seu fracasso de 1943 no processo de Kiyoshi Hirabayashi, evitou tratar da constitucionalidade dos “centros de relocação”, justificando sua existência ao dizer: “...qualquer que seja a nossa opinião pessoal a respeito da lealdade dos cidadãos de origem japonesa, devemos entender que as decisões das autoridades militares e do Congresso têm fundamento, pois entendem que existem membros dessa coletividade



Departamento de Defesa

Trabalhadores de origem japonesa reunindo-se numa Estação de Controle no estado da Califórnia para receber instruções para a sua evacuação sob a Ordem de Exclusão de Civis Nº 24, abril de 1942.

que não são leis ao nosso país.

Em 1944, o Supremo Tribunal¹⁰ ratificou a pena imposta a Fred Korematsu de permanecer em sua casa dentro da área de exclusão militar. As razões intrínsecas do fundamento judicial, são expressas pelo Juiz Hugo Black da seguinte maneira: “enquadrar este caso dentro das margens do prejuízo racial, sem referência aos perigos militares reais que estão presentes, seria uma má interpretação do caso. Korematsu não foi excluído da área militar por razões de hostilidade contra ele ou sua raça. Foi excluído porque estamos em guerra contra o império japonês, porque as autoridades militares adequadamente constituídas temeram uma invasão da nossa costa ocidental e, diante disso, consideraram necessário tomar medidas de segurança apropriadas, uma vez que a urgência militar da situação requeria que todos os cidadãos de origem japonesa fossem segregados, durante certo tempo, distantes da costa ocidental e, finalmente, porque o Congresso, depositando sua confiança nestes tempos de guerra em nossos líderes militares — como deve inevitavelmente ser feito — determinou que estes líderes deveriam ter o poder para fazer exatamente isso. Houve provas de deslealdade por parte de alguns, as autoridades militares consideraram que a necessidade de atuar era muita, mas o tempo era pouco. Não podemos — da cômoda perspectiva da retrospectiva — dizer agora que

naquele momento essas ações foram injustificadas...”

Cinquenta anos mais tarde, em 1988, o Congresso dos EUA sancionou uma lei de compensação, reconhecendo a injustiça causada, e o presidente Clinton se desculpou formalmente, como representante do país, condecorando Fred Korematsu com a Medalha Presidencial da Liberdade.

Em 1944, os imperativos da guerra e da sobrevivência social, afetaram a vontade dos juizes na decisão de revogar uma medida, na que entram em jogo o equilíbrio entre os direitos civis e individuais de Korematsu versus a possível ameaça à segurança nacional.

Alguns dos mais importantes juristas dos Estados Unidos advertem que, com as medidas tomadas durante a II GM, o governo foi demasiado longe, mas reconhecem que, em tempos de guerra, pode ser necessário reduzir as liberdades.

Em 1998, o presidente do Supremo Tribunal dos EUA, William Rehnquist, escreveu em sua obra *All the Laws but One: Civil Liberties in Wartime*¹¹, o seguinte: “não há razão para se supor que no futuro, defrontados com situações de guerra, os presidentes tomarão medidas distintas das de Lincoln, Wilson ou Roosevelt. Tampouco há razão para se pensar que os membros do Supremo Tribunal pronunciar-se-ão de outra maneira que seus antecessores...” Continua dizendo: “... na mais remota

das possibilidades, não é conveniente nem provável que as liberdades civis ocupem o mesmo lugar em tempo de paz ou quando a Nação estiver em guerra”; “em tempos de guerra, a razão e a história sugerem que este equilíbrio, entre liberdade e ordem social, mude a favor da ordem — a favor da capacidade do governo de operar sob condições que ameacem o bem-estar nacional...”¹²

Isto põe em evidência que os Tribunais se mostram muito mais relutantes a intervir diante do avanço do Estado em tempo de guerra e, quando o fazem, sua interferência demonstra grandes limitações, mas em quase todos os casos, fica demonstrado que diante da guerra a segurança do Estado tem mais valor que o respeito às liberdades individuais.

Conclusão

Concluindo, pode-se dizer que até agora não foi encontrada uma fórmula jurídica eficiente para controlar as ameaças à segurança nacional — entre elas o terrorismo — sem afetar, em maior ou menor escala, o marco dos direitos civis.

É provável que o terrorismo seja um problema relativamente controlável nas autocracias, mas para as democracias é um problema real e contínuo. Somente esta forma de governo é realmente vulnerável à ameaça, agravada pelo caráter tolerante da sociedade pluralista, cujo pacifismo intelectual dificulta a compreensão plena do fenômeno e impede um apoio completo ao esforço bélico.

Sem dúvida alguma, a forma de combater e derrotar a estratégia terrorista não pode abdicar as vantagens do nosso sistema de vida, devendo ser realizada obedecendo a estrutura legal existente.

Se a estrutura existente não for adequada, devem ser criadas novas normas mais apropriadas à natureza da guerra que está sendo travada. Isso garante que seu estrito cumprimento trará, por sua vez, a proteção jurídica correspondente das Instituições e das pessoas que tenham a seu cargo combater o flagelo. Fazer o contrário será um êxito da ação terrorista.

Segundo a afirmação anterior talvez seja necessário revisar permanentemente o sistema legal, estabelecendo novos critérios doutrinários a partir das lições aprendidas e criando leis que, sob condições especiais, facilitem as investigações, permitam eficazmente prender e punir os autores e idealizadores dos atos terroristas, bem como prevenir a realização de novos atentados.

Devemos lembrar que se trata de uma guerra onde a cultura ocupa um lugar especial no conflito. Entretanto, deve-se levar em consideração que nossa cultura está baseada na crença da transcendência da diversidade das culturas humanas. Por isso, as ações na guerra devem respeitar essas diferenças, evitando-se cavar um abismo entre as outras culturas. Aliás, melhorar o diálogo entre culturas garantirá uma melhor e mais sólida frente na luta contra o terrorismo. **MR**

Referências

1. Paz, José Gabriel, *La Lucha contra el Fundamentalismo Islámico*, *Military Review*, edição em língua espanhola, maio-junho de 2002.

2. *An Act for the Punishment of Certain Crimes Against the United States*, 14 de julho de 1798.

3. *An Act for the Punishment of Certain Crimes Against the United States*, "...Seção 2. E será ainda estabelecido na lei, que se qualquer pessoa escreve, imprime, articula, ou publica, ou causa ou procura que seja escrita, impressa, articulada ou publicada, ou que com conhecimento e vontade ajuda ou apóia na escrita, impressão, articulação ou publicação de qualquer escritura ou escrituras falsas, difamatórias e maliciosas contra o Governo dos EUA, ou qualquer Câmara do Congresso dos EUA, com a intenção de difamar o referido Governo, ou qualquer câmara do mencionado Congresso, ou do Presidente dos Estados Unidos, ou para demonstrá-los, ou a qualquer um deles, numa maneira depreciativa ou desprestigiada; ou para agitar contra os mesmos, ou qualquer um deles, o ódio da gente boa dos Estados Unidos, ou incitar a perturbação da ordem pública nos EUA, ou para agitar quaisquer combinações ilegais nesse sentido, para opor ou resistir qualquer lei dos EUA, ou qualquer ata do Presidente dos EUA, feito em execução de qualquer lei deste tipo, ou dos poderes nele investidos pela Constituição dos EUA, ou para resistir, opor ou evitar qualquer lei ou ata deste tipo, ou para apoiar, incitar ou instigar quaisquer intenções hostis de qualquer nação estrangeira contra os EUA,

seu povo ou governo, então uma pessoa deste tipo, sendo declarado culpável disso perante qualquer tribunal dos Estados Unidos que tem jurisdição do mesmo, será castigado por uma multa que não excederá dois mil dólares, e pelo encarceramento que não excederá dois anos..."

4. A Resolução de Kentucky, 3 de dezembro de 1799.

5. A Resolução de Virgínia, 24 de dezembro de 1798.

6. Isaac Asimov, *El Nacimiento de los Estados Unidos (1763-1816)*, Alianza Editorial, Madrid, p. 227.

7. A Constituição dos EUA, Art. I Sec. 9 "O privilégio do mandato judicial de habeas corpus não pode ser suspenso, a não ser nos casos de rebelião ou invasão, quando requerido pela segurança pública".

8. *Schenck v. United States*, Supremo Tribunal de Justiça dos EUA, 249 U.S. 47 (1919).

9. *Kiyoshi Hirabayashi v. United States*, Supremo Tribunal de Justiça dos EUA, 320 U.S. 81 (1943).

10. *Korematsu v. United States* Supremo Tribunal de Justiça dos EUA, 323 U.S. 214, 223 (1944).

11. William Rehnquist, *All the Laws but One: Civil Liberties in Wartime*, (Vintage Books, 1998).

12. William Rehnquist, *Op. Cit.*

*O Dr. José Gabriel Paz é um advogado de nacionalidade argentina. Atualmente trabalha no Ministério de Defesa como Assessor Jurídico da Auditoria Geral das Forças Armadas. Desempenha também as funções de Diretor da Cátedra de Estudos de la Defensa y la Seguridad e é Professor de Geoestrategia, Organismos Internacionales e Legislação, Política e Estratégia na Universidade de Salvador (Buenos Aires, Argentina). Atualmente participa do Programa de Fellows do Instituto de Cooperación para a Segurança Hemisférica Ocidental (Western Hemispheric Institute for Security Cooperation - WHINSEC). Seu artigo Definiendo el Objetivo de la Guerra: La Lucha contra el Fundamentalismo Islámico foi publicado na edição em espanhol da *Military Review* de maio-junho de 2002.*